

# EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)  
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos  
2002

2.ª FASE

## PROVA ESCRITA DE FILOSOFIA

---

Leia atentamente as instruções:

- Esta prova é constituída por 2 (dois) grupos de questões:
  - **GRUPO I** – 3 (três) questões;
  - **GRUPO II** – 1 (uma) questão.
- A indicação do número de linhas/palavras tem um carácter meramente orientador do grau de desenvolvimento da resposta.
- A inadequação das suas respostas às questões formuladas implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

V.S.F.F.

114/1

---

### GRUPO I

- Selecione **apenas um** dos textos transcritos e responda às três questões que lhe são colocadas acerca desse texto e da obra a que pertence.
- Na resposta às questões 1 e 2 deverá utilizar, em cada uma, aproximadamente 10 linhas (cerca de 80 palavras).
- Na resposta à questão 3 deverá utilizar, aproximadamente, 40 linhas (cerca de 320 palavras).
- A mera transcrição de frases do texto implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A não manifestação do conhecimento da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

TEXTO

1. (25) Tu que vens nos corcéis que te trazem à nossa morada,  
Salve! Não foi sorte mesquinha que te impeliu a seguir  
este caminho – bem longe do trilho dos homens, na verdade –  
mas a Justiça e o Direito. Força é pois que saibas tudo:  
o ânimo inabalável da rotunda Verdade  
(30) e a opinião dos mortais, em que não há confiança verdadeira.  
No entanto, aprenderás isso também, como as aparências  
devem ser julgadas, tudo passando através de todas as coisas.
2. (1) Vamos! Dir-te-ei – e tu conserva as palavras que me ouvires –  
os únicos caminhos da investigação em que deve pensar-se:  
um deles é *o que é*, e *o que não é* não existe –  
é o caminho da persuasão, companheira da Verdade,  
(5) o outro, *o que não é*, e como é forçoso que não exista;  
desse te digo que é trilho que se não pode percorrer.  
Pois não poderás conhecer *o que não é* – não é possível –  
nem declará-lo...
3. (1) ... porque pensar é o mesmo que existir.

Frg. 1, vv. 25-32, frgs. 2-3, in *Hélade*, Coimbra, F.L.U.C., 1982, p. 129

QUESTÕES

1. Caracterize, com base no texto, o estatuto da «opinião».
2. Explique, a partir do texto, de que modo é excluída a possibilidade de investigação pelo não-ser.
3. Exponha a relevância do excerto no contexto global da obra.

V.S.F.F.

114/3

---

## TEXTO

GÓRGIAS – Mais surpreendido ficarias, Sócrates, se soubesses tudo, ou seja, que, por assim dizer, ela [a retórica] reúne em si e tem sob a sua jurisdição todos os poderes. Vou dar-te uma boa prova do que afirmo. Muitas vezes acompanhei o meu irmão e outros médicos a casa de doentes que não queriam tomar um remédio ou submeter-se ao tratamento do ferro ou do fogo. Ora, quando o médico se mostrava incapaz de persuadir o doente, fazia-o eu sem mais recursos do que a retórica. Mais ainda: se um orador e um médico se apresentarem numa cidade qualquer à tua escolha e se discutir na assembleia do povo ou em qualquer reunião qual dos dois deve ser eleito médico, garanto-te que o médico deixa simplesmente de existir e que aquele que domina a arte da palavra se fará eleger, se quiser.

Do mesmo modo, seja qual for o profissional com quem entre em competição, o orador conseguirá que o prefiram a qualquer outro, porque não há matéria sobre a qual um orador não fale, diante da multidão, de maneira mais persuasiva do que qualquer profissional. Tal é a qualidade e a força desta arte que é a retórica.

Deve-se, porém, Sócrates, usar a retórica como todas as outras artes de competição. Lá porque se aprendeu o pugilato, o pancrácio e o combate com as armas de modo a poder vencer amigos e inimigos, não se vai agora fazer uso disso contra toda a gente, a ponto de ferir, trespassar ou matar os próprios amigos.

Note-se ainda, por Zeus, que, se alguém frequenta a palestra, onde adquire robustez e bom treino de pugilismo, e se serve depois dessas vantagens para maltratar o pai, a mãe ou qualquer dos parentes e amigos, não devemos ver nisso razão para detestar e exilar das cidades os mestres de ginástica e os mestres de armas. É que estes instruem os seus discípulos para que eles façam um uso justo da sua arte contra os inimigos e contra os maus, para se defenderem, não para atacarem, mas os discípulos desviam-se por vezes da linha traçada e usam mal da sua força e da sua arte. Claro que não são os mestres que são maus nem a sua arte é culpada ou censurável; a culpa cabe exclusivamente, creio eu, àqueles que fazem mau uso do que aprenderam.

Idêntico raciocínio pode aplicar-se à retórica. O orador é, sem dúvida, capaz de falar de tudo e contra todos e poderá, melhor que ninguém, persuadir a multidão em qualquer assunto que lhe interesse, mas isso não é motivo para privar da sua reputação os médicos ou os outros profissionais, não basta estar em condições de o fazer. A retórica, como qualquer arte competitiva, deve ser usada com justiça. Portanto, entendo que, se um homem adquire uma preparação retórica e depois se serve deste poder e desta arte para praticar o mal, não há o direito de odiar e desterrar da cidade aquele que o ensinou. Este ministrou conhecimentos em ordem a um uso legítimo e o outro utiliza-os de um modo inteiramente oposto. A justiça manda, pois, que não seja o mestre mas este, que abusou da sua arte, a sofrer o ódio, o exílio ou a morte.

456a-457c, Lisboa, Edições 70, 1991, pp. 42-43

## QUESTÕES

1. A partir do texto, mostre que a retórica é uma técnica de «persuasão sem ciência».
2. Explique, com base no texto, o perigo representado pelo poder da retórica.
3. Exponha a relevância do excerto no contexto global da obra.

## TEXTO

[Sócrates] – (...) Chamar, portanto, «causas» a coisas destas não faz qualquer sentido. Poderá, claro, alegar alguém que, sem possuir ossos, músculos e assim por diante, não seria também capaz de pôr em prática as minhas decisões – e não estaria fora da verdade. Agora asseverar que é graças a eles que faço aquilo que faço, e que é em função do espírito que assim me comporto, mas não em função de uma escolha que fiz do «melhor», eis o que trai porventura excessiva inconsequência de linguagem... Trai, em suma, a incapacidade de distinguir que uma coisa é a causa em si, outra, aquilo em cuja ausência jamais a causa seria causa. Ora, quanto a mim, é nesta última que as pessoas visivelmente falham e, como tentando na escuridão, lhe atribuem um nome indevido, confundindo-a com a verdadeira causa. E aí está, pois, porque alguns, envolvendo a Terra num turbilhão, querem que seja o céu a mantê-la, enquanto outros, fazendo dela uma espécie de tampo largo e chato, lhe colocam o ar por baixo como base e suporte. Mas esse poder, graças ao qual tais coisas se encontram dispostas da forma mais conveniente, isto é, mantendo a posição que mantêm, desse não cuidam eles ou tão-pouco lhe atribuem qualquer força divina... Julgam, pelo contrário, descobrir ainda um dia um Atlas mais possante do que este, mais imortal e capaz de suportar o peso do mundo, sem pensarem que é o Bem o verdadeiro elo de ligação que liga entre si todas as coisas e as suporta. E, no entanto, confesso, com que alegria me não teria feito discípulo fosse de quem fosse, para me instruir sobre semelhante causa e o seu modo de actuação! Mas, uma vez que esta me falhou e não pude, por minha parte, descobri-la ou achar quem ma explicasse, tive de tentar uma segunda via para me lançar na sua busca... Desejas, pois, Cebes, que te conte a história dessas tentativas?

– Por mim – respondeu –, não desejo outra coisa!

– Ora bem – retomou ele. – Depois disto, uma vez desiludido da observação dos seres, achei por bem acautelar-me, não viesse a acontecer-me a mim o mesmo que àqueles que contemplam e observam o Sol em momentos de eclipse: é sabido que alguns chegam a perder a vista, se não for através da água ou de qualquer outro meio que mirem a sua imagem. E, com pensamentos mais ou menos deste teor, receei ficar irremediavelmente cego de espírito, caso persistisse em fixar os olhos nas coisas, em tentar tocar-lhes directamente com os meus cinco sentidos. Pensei então que o melhor que tinha a fazer era refugiar-me do lado das ideias e, através delas, inquirir da verdade dos seres. Aliás, talvez num aspecto o paralelo não seja exacto, pois não é, quanto a mim, ponto assente que o estudo dos seres, através das suas manifestações externas, se revele, menos do que através das ideias, um estudo à base de imagens... Seja como for, o certo é que me lancei por esta via. E assim, partindo em cada caso do pressuposto que julgo ser mais seguro, tudo o que se me afigura em concordância com ele quer no tocante às causas quer a todos os demais [seres], tomo por verdadeiro; e em caso contrário, por falso.

99a-100a, Coimbra, Editorial Minerva, 1988, pp. 105-106

## QUESTÕES

1. Justifique, com base no texto, a opção de Sócrates por uma «segunda via» de investigação.
2. Explícite, de acordo com o texto, o método hipotético de investigação proposto por Sócrates.
3. Exponha a relevância do excerto no contexto global da obra.

V.S.F.F.

## TEXTO

Passemos agora ao que se opõe enquanto afirmação e negação. É evidente que a oposição não se efectua segundo nenhum dos modos mencionados, pois aqui ocorre, e só aqui, que um oposto deve por necessidade ser verdadeiro, enquanto o outro deve ser sempre falso. No caso dos contrários e dos relativos, dos possessivos e privativos, não é sempre necessário que um dos opostos seja verdadeiro e o outro falso, por exemplo, saúde e doença são contrários, mas nem um nem outro é verdadeiro nem falso. Se tomarmos os correlativos dobro e metade, opostos enquanto relativos, nem um nem outro é verdadeiro ou falso, e a mesma afirmação vale para tudo quanto depende da privação e da possessão, como a visão e a cegueira. Em síntese, a menos que as palavras sejam combinadas entre si, os termos verdadeiro e falso não são aplicáveis, e todos os opostos de que falámos são simples palavras sem composição [combinação].

Pareceria, não obstante, que um tal carácter se encontraria principalmente em contrários expressos sem combinação. «Sócrates está bom» é, com efeito, o contrário de «Sócrates está doente», mas até nestas expressões não é sempre necessário que uma delas seja verdadeira e a outra falsa. Se, sem dúvida, Sócrates existe, uma será verdadeira e outra falsa, mas, se não existe, ambas serão falsas, pois nem a expressão «Sócrates está doente» nem a expressão «Sócrates está bom» são verdadeiras, se Sócrates não existir. Quanto à privação e à possessão, se o sujeito não existe, nem uma nem outra são verdadeiras; e, se o sujeito existe, nem sempre acontece que uma seja verdadeira e a outra falsa. Na verdade, a expressão «Sócrates vê» é oposta a «Sócrates é cego», enquanto possessão e privação; se Sócrates existe, não é necessário que uma destas expressões seja verdadeira e a outra falsa, pois, se Sócrates ainda não for naturalmente capaz de ver, ambas as proposições são falsas; e, se Sócrates não existe, ambas as expressões são igualmente falsas, isto é, a de que vê e a de que é cego.

Voltando à afirmação e à negação: exista ou não exista o sujeito, uma delas será de qualquer modo falsa e outra verdadeira. Por exemplo: Sócrates está doente e Sócrates não está doente. Se Sócrates existe, é claro que uma destas duas proposições é verdadeira, e outra falsa; e, se não existe, o mesmo acontece, pois, se não existe, afirmar que ele está doente é falso, mas afirmar que ele não está doente é verdadeiro. Assim, os opostos, como a afirmação e a negação, têm como exclusiva propriedade a de serem, sempre, um verdadeiro e outro falso.

13a37-13b35, in *Organon*, Lisboa, Guimarães Editores, 1985, pp. 99-101 (adaptado)

## QUESTÕES

1. Explique, com base no texto, os casos de oposição que não implicam oposição do valor de verdade.
2. Identifique no texto uma formulação do princípio de não-contradição.
3. Exponha a relevância do excerto no contexto global da obra.

## TEXTO

ADEODATO – O facto é que agora tomo tudo só pelo lado daquilo que é significado. Concordo efectivamente contigo: de nenhum modo se pode conversar se, ao ouvir as palavras, o espírito não é levado para as coisas de que elas são sinais. (...)

AGOSTINHO – (...) Vê pois com especial atenção se a sílaba -ho nada mais é do que -ho, e se a sílaba -mem nada mais é do que -mem.

ADEODATO – Aqui verdadeiramente não vejo mais nada.

AGOSTINHO – Vê também se da junção destas duas sílabas se faz um homem.

ADEODATO – De modo nenhum o concederia. Ficou efectivamente estabelecido, e estabelecido com razão, que dado um sinal se atende ao que ele significa, e pelo exame disso se concede ou nega o que se diz. Ora essas sílabas pronunciadas em separado, por ressoarem sem significação alguma, está concedido serem elas apenas o que ressoam.

AGOSTINHO – Fica pois assente e tu mantém-lo firme no espírito, que se não deve responder às perguntas senão segundo as coisas mesmas que as palavras significam.

ADEODATO – Não vejo porque não haja de ficar assente, desde que se trate de palavras.

AGOSTINHO – Queria saber como impugnarias esse indivíduo, de quem costumamos ouvir dizer, aos gracejadores, que concluiu ter saído um leão da boca da pessoa com quem estava a disputar. Tendo, com efeito, perguntado se o que dizemos procede da nossa boca, e não o tendo o outro podido negar, fez com que este ao falar nomeasse um leão, o que foi fácil de conseguir. Quando tal aconteceu, começou a injuriá-lo jocosamente e a apertá-lo, porque tendo confessado que tudo aquilo que proferimos sai da nossa boca e não podendo negar que tinha proferido -leão, sendo ele homem sem maldade, dava mostras de ter lançado pela boca um animal tão feroz.

ADEODATO – Pois não seria nada difícil impugnar esse gracejador. Eu não concederia que sai da nossa boca tudo aquilo que dizemos. Com efeito, aquilo que dizemos significamo-lo. Ora da boca de quem fala não sai a coisa que se significa, mas o sinal com que ela se significa, a não ser quando se significam os próprios sinais. Deste caso tratámos pouco antes.

AGOSTINHO – Estarias de facto bem munido contra tal homem, dessa maneira. Entretanto, que me responderás ao perguntar-te se -homem é um nome?

ADEODATO – O quê, senão um nome?

AGOSTINHO – Como assim? Quando te vejo, vejo porventura um nome?

ADEODATO – Não.

AGOSTINHO – Queres então que te diga o que se segue?

ADEODATO – Não, peço-te, pois eu a mim mesmo declaro não ser um homem, eu que respondi ser um nome, quando me perguntaste se -homem era um nome. Com efeito, já tinha ficado por nós assente que, a partir da coisa significada, é que se aprova ou se nega o que se diz.

AGOSTINHO – Mas a mim parece-me que não foi sem motivo que caíste nessa resposta; é que a própria lei da razão, inscrita nas nossas mentes, sobrepujou a tua atenção. Se (...) perguntasse simplesmente: o que é -homem? silenciando nome e animal, o espírito dirigir-se-ia para aquilo que é significado pelas duas sílabas, por essa lei da fala por nós aceite, e nada mais se responderia senão -animal, ou mesmo pronunciar-se-ia a definição completa, ou seja -animal racional mortal.

*In Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval, Braga,  
Faculdade de Filosofia, 1991, pp. 92-95*

## QUESTÕES

1. A partir do texto, explicita a função das palavras.
2. Explique a «lei da razão», ou «lei da fala», referida no texto.
3. Exponha a relevância do excerto no contexto global da obra.

V.S.F.F.

## TEXTO

### Capítulo III – Não se pode pensar que Deus não existe.

E de facto, [Deus] existe tão verdadeiramente, que nem se pode pensar que não exista. Com efeito, pode-se pensar que existe certa realidade, a qual não se possa pensar que não existe. Tal realidade é maior do que outra que se pode pensar que não existe. Consequentemente, se se pode pensar que não existe -aquilo, maior do que o qual nada se pode pensar-, aquilo mesmo, maior do que o qual nada se pode pensar, não é -aquilo, maior do que o qual nada se pode pensar. Ora tais afirmações são incompatíveis. Por conseguinte -aquilo, maior do que o qual nada se pode pensar- existe tão de verdade, que nem se pode pensar que não existe.

(...)

### Capítulo IV – Como o insipiente disse no seu coração o que não se pode pensar.

Como porém disse [o insipiente] no seu coração aquilo que não pôde pensar, ou como é que não pôde pensar o que disse no coração, já que pensar e dizer-no-coração são a mesma coisa? Mas se verdadeiramente, e ainda mais porque verdadeiramente não só o pensou, já que o disse no coração, mas também não o disse no coração, porque não o pôde pensar, -não é de um só modo que alguma coisa se diz no coração ou se pensa. De um modo diferente se pensa uma realidade, quando se pensa a palavra que a significa, e de outro modo diferente, quando se intelecciona aquilo mesmo que essa realidade é. E assim, do primeiro modo pode-se pensar que Deus não existe; do segundo modo é absolutamente impossível. Na verdade, ninguém que inteleccione aquilo que Deus é pode pensar que Deus não existe, embora diga estas palavras no coração, ou sem nenhuma ou com alguma significação inconexa. Deus, com efeito, é -aquilo, maior do que o qual nada se pode pensar-. Quem intelecciona isto devidamente intelecciona sem dúvida que isso mesmo existe de tal maneira, que nem em pensamento pode não existir. Quem por conseguinte intelecciona que Deus existe desse modo não pode pensar que Ele não existe.

*In Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval,*  
Braga, Faculdade de Filosofia, 1991, pp. 138-140

## QUESTÕES

1. Explícite, com recurso ao texto, por que razão é impossível pensar que Deus não existe.
2. Caracterize, com base no texto, a noção que o «insipiente» tem de Deus.
3. Exponha a relevância do excerto no contexto global da obra.

### TEXTO

(...) O que não faz parte do conceito de essência, ou quiddidade, isso vem de fora, e faz composição com a essência, pois nenhuma essência se pode conceber sem os elementos que são partes da essência. Ora toda a essência ou quiddidade se pode conceber sem que se conceba nada a respeito da sua existência. Posso efectivamente conceber o que é o homem ou a fénix e, apesar disso, ignorar se tem existência na Natureza. Logo, é patente que a existência é diversa da essência ou quiddidade, a não ser no caso de existir alguma realidade, cuja quiddidade seja a sua mesma existência. Tal realidade, porém, não pode ser senão uma só e a primeira [de todas]. Efectivamente, é impossível que se dê a plurificação de uma coisa, a não ser, [1.º], ou por adição de algum discrimine, que é o modo como a enticidade [essência] constitutiva do género se multiplica nas espécies; [2.º], ou pelo facto de que a dínase [forma] é recebida em matérias diversas, modo como se multiplica a enticidade [essência] da espécie nos diversos indivíduos; [3.º], ou pelo facto de que uma coisa existe independentemente, e outra é recebida nalgum princípio [diferente]; por exemplo, se existisse algum calor independente [de qualquer corpo], ele seria, pela sua mesma independência, diverso de outro calor não independente.

Se, porém, se considera [a natureza de] alguma realidade que seja unicamente existência, de tal modo que essa mesma existência seja subsistente, esta existência não receberá a adição de qualquer discrimine, pois que já não seria unicamente existência, mas existência e além disso certa dínase. Muito menos receberá a adição de matéria, pois já não seria uma existência subsistente, mas material. De onde se conclui que tal realidade, que seja a sua existência, não pode ser senão uma só. Por conseguinte, exceptuando essa realidade, em qualquer outra a sua existência tem de ser uma coisa, e coisa diferente a sua quiddidade ou essência, ou dínase.

In *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*,  
Braga, Faculdade de Filosofia, 1991, pp. 225-227

### QUESTÕES

1. Esclareça, com base no texto, os dois primeiros modos de plurificação da existência.
2. Justifique, recorrendo ao texto, a unicidade da realidade cuja essência é existência.
3. Exponha a relevância do excerto no contexto global da obra.

V.S.F.F.

### TEXTO

Se considerarmos a produção, poderemos ver que o efeito mecânico procede do artífice por meio da semelhança existente na sua mente, pela qual o artífice concebe a sua obra antes de produzi-la, e em seguida produ-la como a ideou. O artífice executa a obra exterior conforme ao exemplar interior, como melhor pode; e se lhe fosse possível produzir um efeito tal que pudesse amar e conhecer o seu autor, certamente o faria; e, se esse efeito conhecesse o seu autor, isto só poderia dar-se por meio daquela semelhança à imitação da qual procedeu do artífice; e se esse mesmo efeito tivesse ofuscado os olhos do conhecimento, de sorte que não pudesse elevar-se sobre si, necessário seria, para vir a ter conhecimento de seu autor, que a semelhança, pela qual dito efeito foi produzido, se abaixasse até assumir uma natureza tal que pudesse ser compreendida e conhecida por ele. Do mesmo modo, há-de entender que nenhuma criatura procedeu do supremo Artífice senão por meio do Verbo eterno «no qual tudo dispôs» e pelo qual não só produziu criaturas que têm razão de *vestigio*, mas ainda razão de *imagem*, a fim de poderem assemelhar-se a ele pelo conhecimento e pelo amor. Mas, porque a criatura racional, por causa do pecado, tem obscurecido o olho da contemplação, foi muito conveniente que o eterno e invisível se fizesse visível e tomasse a forma de carne, para nos reconduzir ao Pai. Isto é o que se diz no capítulo 14 do Evangelho de S. João: «Ninguém vem ao Pai senão por mim»; e no capítulo II do Evangelho de S. Mateus: «Ninguém conhece o Pai senão o Filho e a quem o Filho quiser revelar». E por isto mesmo se diz «o Verbo feito carne». Considerando, pois, a iluminação da arte mecânica quanto à produção da obra, intuiremos aí o Verbo gerado e incarnado, isto é, a divindade e a humanidade, e a integridade total da fé.

Coimbra, Atlântida, 1970, pp. 33-35

### QUESTÕES

1. Explícite, com base no texto, o papel da semelhança na criação.
2. Explique, com base no texto, de que modo é permitido ao homem «ter conhecimento do seu autor».
3. Exponha a relevância do excerto no contexto global da obra.

## GRUPO II

- Selecione **apenas uma** das obras que lhe são propostas e desenvolva o tema anexo.
- Apresente um plano organizador.
- A não identificação do tema e da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A opção por um par obra-tema diferente dos que são apresentados na prova implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- Na sua resposta deverá utilizar aproximadamente 80 linhas (cerca de 640 palavras).

OBRAS	TEMAS
PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA, R. Descartes .....	Dúvida e existência de Deus
CARTA SOBRE A TOLERÂNCIA, J. Locke .....	O fundamento moral da tolerância
DISCURSO DE METAFÍSICA, G. W. Leibniz.....	Tipos de verdade e tipos de conhecimento
FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES, I. Kant .....	Significado da subordinação da vontade à razão
INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA, G. W. F. Hegel	Estatuto dos sistemas filosóficos particulares
TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, Antero de Quental.....	Consciência humana e realização da liberdade
A ORIGEM DA TRAGÉDIA, F. Nietzsche.....	Justificação estética e justificação teórica da existência
DA CERTEZA, L. Wittgenstein .....	Aprendizagem, crença e saber
ELOGIO DA FILOSOFIA, M. Merleau-Ponty .....	A ambiguidade filosófica
OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, B. Russell .....	Experiência individual e possibilidade de conhecimento
PROBLEMÁTICA DA SAUDADE & ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CONSCIÊNCIA SAUDOSA Joaquim de Carvalho .....	Especificidade da representação saudosa
SOBRE A ESSÊNCIA DA VERDADE, M. Heidegger .....	Filosofia e essência
TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, P. Ricoeur .....	O carácter dialéctico da interpretação

**FIM**

**V.S.F.F.**

114/11

## COTAÇÕES

### GRUPO I

1. e 2. .... (2 × 25 pontos)..... 50 pontos

3. .... (1 × 70 pontos)..... 70 pontos

### GRUPO II

..... (1 × 80 pontos)..... 80 pontos

**TOTAL** ..... 200 pontos